

EDITAL DE SELEÇÃO DE MONITORIA

DISCIPLINA: Direito Processual Civil C - DC431

DOCENTE: Prof. Dr. William Soares Pugliese

Nº DE VAGAS: 01 (uma)

BOLSA: 01 (uma)

O ingresso na monitoria se dará mediante as seguintes formas de avaliação:

- (i) **Carta de intenção**, como critério admissional;
- (ii) **Legal opinion**, com peso 45;
- (iii) **Nota em Direito Processual Civil C**, com peso 40;
- (iv) **Entrevista**, com peso 15;
- (v) **IRA**, como critério de desempate;

A **entrevista** será realizada no dia 19/10, a partir das 10h00min, no formato *on line*.

A **carta de intenção**, a **legal opinion** e o **histórico acadêmico** devem ser encaminhados, todos no formato PDF, ao e-mail william@pxadvogados.com.br, até às 23:59 do dia 17/10.

Na **carta de intenção**, o candidato deverá brevemente expor o motivo do seu interesse na monitoria. Não há mínimo ou máximo de linhas. A **carta** deve indicar, ademais, o número de telefone ou *whatsapp* do candidato, para facilitar o contato, bem como uma breve justificativa e sugestão de nova data no caso de indisponibilidade para a realização da entrevista na data acima designada.

A **legal opinion**, por sua vez, deverá ser elaborada em até duas laudas, considerando o seguinte problema a respeito da tutela provisória, tema previsto na Ementa da disciplina:

A Associação X pretende mover uma Ação Civil Pública em face da Usina Hidrelétrica Y, em decorrência de danos por ela causados oriundos da construção de barragem no Rio Z. A Associação entende que as obras da barragem têm causado fortes danos à flora e à fauna do Rio Z, bem como prejudicado a subsistência das pessoas que dele tiram o seu sustento. A inicial da ação será instruída, dentre outros documentos, com um laudo ambiental elaborado por empresa contratada pela Associação que demonstra de forma clara que: (i) a população ribeirinha teve uma queda abrupta na sua renda desde o início da construção da barragem; (ii) as águas do Rio Z se tornaram excessivamente lamacentas, imprópria para uso; (iii) vários hectares de floresta foram desnecessariamente desmatados; e, por fim, (iv) uma espécie nativa de peixe da

região teve um decréscimo acentuado na sua população, beirando hoje a extinção. A Associação busca, com a ação que pretende ajuizar, a responsabilização da Usina pelos danos morais e materiais coletivos causados à população local, a sua condenação à revitalização do Rio Z, ao reflorestamento das áreas que foram desmatadas em excesso e ao repovoamento da espécie de peixe nativo da região. Contudo, os procuradores da Associação estão em dúvida quanto à possibilidade, à luz da situação fática exposta, de se valer de alguma técnica processual que tutele provisoriamente o seu direito, isto é, o direito fundamental ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado.

Cabe a você, portanto, advogado parecerista contratado pelo escritório que representa a Associação X, elaborar uma *legal opinion* em que responderá os seguintes questionamentos:

- a. É cabível pedido de tutela provisória?
- b. Se sim, em qual modalidade?
- c. Quais os requisitos legais da modalidade indicada?

Curitiba, 10 de outubro de 2022.

OBSERVAÇÕES:

- * *Bolsistas deverão participar, obrigatoriamente, das atividades da PROGRAD.*
- * *A composição da nota de avaliação seguirá as regras da Resolução 43/03 – CEPE.*
- * *Os candidatos deverão realizar leitura prévia da Resolução 91/99-CEPE.*